ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Galvao

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

1º Quadrimestre/2022

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (70%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2018 | 16.181.908,50 |
| 2019 | 18.285.006,12 |
| 2020 | 20.355.539,34 |
| 2021 | 24.219.398,18 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 1º Quadrimestre/2022 |
| Receita Orçamentária | 9.785.301,73 |
| Média Mensal | 2.446.325,43 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2018 | 15.374.761,70 | 14.798.259,55 |
| 2019 | 17.279.629,35 | 16.751.193,78 |
| 2020 | 20.866.648,25 | 18.757.167,72 |
| 2021 | 20.181.591,93 | 19.877.263,49 |

|  |
| --- |
| Despesa até 1º Quadrimestre/2022 |
| Despesa Orçamentária | 11.388.121,75 | 7.507.668,55 |
| Média Mensal | 2.847.030,44 | 1.876.917,14 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2018 | 15.832.738,50 |
| 2019 | 17.583.309,50 |
| 2020 | 18.720.166,97 |
| 2021 | 21.756.388,91 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 1º Quadrimestre/2022 |
| Receita Corrente Líquida | 8.663.185,53 |
| Média Mensal | 2.165.796,38 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **8.663.185,53**  |
| Receita Tributária | 490.711,75 |
| Receita de Contribuições | 80.897,39 |
| Receita Patrimonial | 280.716,30 |
| Receita Agropecuária | 33.424,16 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 |
| Transferências Correntes | 9.104.876,31 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -1.408.258,38 |
| Outras Receitas Correntes | 80.818,00 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **1.122.116,20**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 1.122.116,20 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **9.785.301,73**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Órgão de Governo**  |
| 0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 234.104,52 |
| 0202 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO | 125.200,66 |
| 0203 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO | 503.594,58 |
| 0204 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 1.638.321,64 |
| 0205 - SECRETARIA MUN. PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTES | 577.282,03 |
| 0206 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA | 2.223.796,03 |
| 0207 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | 371.318,83 |
| 0208 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 |
| 0310 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE | 1.746.129,86 |
| 0711 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 87.920,40 |
| **Total (IV)**  | **7.507.668,55**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 0,00  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **2.277.633,18**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI)**  | **2.277.633,18**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **6.764.000,00**  | **8.663.185,53**  | **1.899.185,53**  |
| Receita Tributária | 280.000,00 | 490.711,75 | 210.711,75 |
| Receita de Contribuições | 60.000,00 | 80.897,39 | 20.897,39 |
| Receita Patrimonial | 31.000,00 | 280.716,30 | 249.716,30 |
| Receita Agropecuária | 4.000,00 | 33.424,16 | 29.424,16 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 1.000,00 | 0,00 | -1.000,00 |
| Transferências Correntes | 6.380.000,00 | 9.104.876,31 | 2.724.876,31 |
| (-) Deduções das Trasnrências Correntes | 0,00 | -1.408.258,38 | -1.408.258,38 |
| Outras Receitas Correntes | 8.000,00 | 80.818,00 | 72.818,00 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **12.000,00**  | **1.122.116,20**  | **1.110.116,20**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 2.000,00 | 0,00 | -2.000,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 10.000,00 | 1.122.116,20 | 1.112.116,20 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **6.776.000,00**  | **9.785.301,73**  | **3.009.301,73**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **6.051.185,00**  | **6.059.198,64**  | **-8.013,64**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 3.130.000,00 | 3.288.343,69 | -158.343,69 |
| Juros e Amortização da Dívida | 24.000,00 | 20.267,17 | 3.732,83 |
| Outras Despesas Correntes | 2.897.185,00 | 2.750.587,78 | 146.597,22 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **689.000,00**  | **1.448.469,91**  | **-759.469,91**  |
| Investimentos | 520.000,00 | 1.189.511,98 | -669.511,98 |
| Inversões Financeiras | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 168.000,00 | 258.957,93 | -90.957,93 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **0,00**  | **0,00**  | **0,00**  |
| Reserva de contingência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **6.740.185,00**  | **7.507.668,55**  | **-767.483,55**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **7.379.048,12**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **1.746.129,86**  |
| **Deduções (III)**  | **366.797,58**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **1.379.332,28**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.106.857,22**  |
| **Aplicado à maior**  | **272.475,06**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **18,69**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **7.379.048,12**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **1.518.087,03**  |
| **Deduções (III)**  | **92.146,02**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-389.033,26**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **1.814.974,27**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.844.762,03**  |
| **Aplicado à Menor**  | **-29.787,76**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **24,60**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Lei N°14.113

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **1.023.318,17**  |
| **Despesas (II)**  | **722.600,96**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **716.322,75**  |
| **Aplicado à Maior**  | **6.278,21**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **70,61**  |

APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Lei N°14.113

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **23.450.966,97**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **9.167.219,01**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **12.030.346,06**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **12.663.522,16**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **39,09**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **23.450.966,97**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **579.061,79**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **1.336.705,12**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **1.407.058,02**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **2,47**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **23.450.966,97**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **9.746.280,80**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **13.367.051,17**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **14.070.580,18**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **41,56**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2030 - MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS |
|  | 500.000,00 | 0,00 | 0,00 | 175.717,32 | 324.282,68 |
| 2031 - SUBSÍDIO DOS VEREADORES |
|  | 400.000,00 | 0,00 | 0,00 | 124.656,68 | 275.343,32 |
| **Total da Unidade** | **900.000,00**  | **0,00**  | **0,00**  | **300.374,00**  | **599.626,00**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - MUNICÍPIO DE GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2032 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E VICE |
|  | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | 136.257,51 | 313.742,49 |
| 2033 - MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS |
|  | 1.906.000,00 | 0,00 | 0,00 | 917.432,55 | 988.567,45 |
| 2034 - MANUT. DA MERENDA ESCOLAR |
|  | 266.200,00 | 3.150,62 | 0,00 | 161.977,73 | 107.372,89 |
| 2035 - MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR |
|  | 435.700,00 | 71.946,12 | 0,00 | 165.155,27 | 342.490,85 |
| 2036 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL |
|  | 3.145.425,00 | 246.475,75 | 0,00 | 1.235.043,26 | 2.156.857,49 |
| 2037 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR |
|  | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 |
| 2038 - MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES |
|  | 770.000,00 | 329,48 | 0,00 | 292.031,95 | 478.297,53 |
| 2039 - MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR |
|  | 730.000,00 | 0,00 | 0,00 | 217.394,76 | 512.605,24 |
| 2040 - APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL |
|  | 24.000,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 | 6.000,00 |
| 2041 - MANUT. DAS ATIV. PROM. SOCIAL E ESPORTES |
|  | 474.000,00 | 80.000,00 | 0,00 | 194.749,77 | 359.250,23 |
| 2042 - MANUT. DO CONSELHO TUTELAR |
|  | 140.000,00 | 0,00 | 0,00 | 27.633,60 | 112.366,40 |
| 2043 - MANUT. DA FESTIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS |
|  | 300.000,00 | 120.888,96 | 0,00 | 376.728,80 | 44.160,16 |
| 2044 - MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS |
|  | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 26.461,03 | 73.538,97 |
| 2045 - MANUT. DO FIA |
|  | 32.000,00 | 0,00 | 0,00 | 28.078,00 | 3.922,00 |
| 2046 - MANUT. DO FUNDO DO IDOSO |
|  | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.608,08 | 26.391,92 |
| 2047 - MANUT. FUNCIONAL DA AGRICUTURA |
|  | 630.000,00 | 0,00 | 0,00 | 181.858,48 | 448.141,52 |
| 2048 - MANUT. DAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL |
|  | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 2049 - MANUT. DE PROGRAMAS DE APOIO AO AGRICULTOR |
|  | 605.000,00 | 0,00 | 0,00 | 544.720,29 | 60.279,71 |
| 2050 - MANUT. ATIVIDADES DPTO. INFRAESTRUTURA |
|  | 1.977.400,00 | 151.102,63 | 0,00 | 1.181.849,50 | 946.653,13 |
| 2051 - MANUT. CONVÊNIO COM SECRET. SEG. PÚBLICA |
|  | 62.600,00 | 21.094,53 | 0,00 | 15.247,50 | 68.447,03 |
| 2052 - MANUT. DO FUNDO DE DEFESA CIVIL |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 2053 - MANUT. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA |
|  | 350.200,00 | 26.449,58 | 0,00 | 329.439,18 | 47.210,40 |
| 2054 - AMORTIZAÇÃO DE PRECATÓRIOS |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 2055 - AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS |
|  | 862.380,00 | 0,00 | 0,00 | 501.108,09 | 361.271,91 |
| 2056 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| **Total da Unidade** | **14.540.905,00**  | **3.301.437,67**  | **0,00**  | **7.997.905,19**  | **9.844.437,48**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2057 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE |
|  | 4.385.360,00 | 372.837,41 | 0,00 | 2.227.636,14 | 2.530.561,27 |
| 2058 - MANUT. DO SUS - ATENÇÃO PRIMÁRIA |
|  | 1.065.000,00 | 361.977,81 | 0,00 | 583.565,10 | 843.412,71 |
| 2059 - MANUT. DO BL. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA |
|  | 62.000,00 | 17.089,20 | 0,00 | 0,00 | 79.089,20 |
| 2060 - MANUT. DO BL. GESTÃO DO SUS |
|  | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.000,00 |
| 2061 - MANUT. BL. VIGILÂNCI EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA |
|  | 14.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14.500,00 |
| 2062 - MANUT. DO SUS ATENÇÃO ESPECIALIZADA |
|  | 201.000,00 | 0,00 | 0,00 | 61.000,00 | 140.000,00 |
| 2063 - MANUT. BL. VIGILÂNCIA EM SAÚDE SANITÁRIA |
|  | 36.500,00 | 0,00 | 0,00 | 10.464,39 | 26.035,61 |
| **Total da Unidade** | **5.859.095,00**  | **751.904,42**  | **0,00**  | **2.882.665,63**  | **3.728.333,79**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 07 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO**  |
| **Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2064 - MANUT. DO FUNDO M. DE ASSIST. SOCIAL |
|  | 250.100,00 | 44.592,86 | 0,00 | 165.031,02 | 129.661,84 |
| 2065 - MANUT. BL. PSEMC - FNAS |
|  | 12.000,00 | 825,46 | 0,00 | 825,46 | 12.000,00 |
| 2066 - MANUT. BL. PSB - FNAS |
|  | 48.100,00 | 29.213,70 | 0,00 | 40.820,45 | 36.493,25 |
| 2067 - MANUT. BL. GBF - FNAS |
|  | 20.000,00 | 13.478,46 | 0,00 | 0,00 | 33.478,46 |
| 2068 - MANUT. BL. GSUAS - FNAS |
|  | 10.000,00 | 3.108,90 | 0,00 | 500,00 | 12.608,90 |
| 2069 - MANUT. DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO ESTADO. |
|  | 59.800,00 | 267.715,02 | 0,00 | 0,00 | 327.515,02 |
| **Total da Unidade** | **400.000,00**  | **358.934,40**  | **0,00**  | **207.176,93**  | **551.757,47**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **21.700.000,00**  | **4.412.276,49**  | **0,00**  | **11.388.121,75**  | **14.724.154,74**  |